

“Fui Eu Que Pedi”: A Perspectiva de Crianças e Adolescentes Sobre a Dissolução da Adoção

Jussara Glória Rossato

Eduarda Lima de Oliveira

Vera Regina Röhnelt Ramires

Denise Falcke

RESUMO

Ainda que não exista previsão legal, crianças e adolescentes vivenciam o processo de dissolução da adoção. Na literatura, a vivência subjetiva de crianças e adolescentes frente ao fenômeno tem sido pouco abordada. O presente estudo objetivou conhecer as vivências de crianças e adolescentes que retornaram ao acolhimento após a adoção, além de compreender sua percepção sobre família e as expectativas sobre o futuro. Realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória com três crianças e uma adolescente em uma instituição de acolhimento da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os dados obtidos em entrevistas semiestruturadas e hora do jogo foram examinados por meio de análise temática. Os resultados foram agrupados em quatro temáticas: 1) concepções de família; 2) experiência de adoção; 3) experiências de retorno ao acolhimento; 4) perspectivas de futuro. Identificou-se que as crianças idealizam a família nuclear, amorosa, e avaliam que a decisão de retorno para o acolhimento foi delas, embora suas perspectivas de futuro sejam centradas na expectativa de uma nova adoção. Constatou-se que a experiência de adoção e retorno para o acolhimento é permeada de sofrimento, o que demanda a criação de políticas públicas de atenção a crianças e adolescentes nesse contexto.

Palavras-chave: crianças; adolescentes; adoção; dissolução na adoção.

ABSTRACT

“I Asked For It”: The Perspective of Children and Adolescents on the Dissolution of Adoption

Although there is no legal provision, children and adolescents experience the process of adoption dissolution. In the literature, little is discussed about the subjective experience of children and adolescents who face this experience. The present study aimed at investigating the experiences of children and adolescents who returned to the foster care system after being adopted and understanding their perceptions about family and future expectations. An exploratory qualitative study was carried out with three children and one teenager in a foster care institution located in the metropolitan area of Porto Alegre/RS. The data obtained from semi-structured interviews and play were examined through thematic analysis. The results were grouped into four themes: 1) conceptions of family; 2) adoption experience; 3) experiences of returning to the foster system; 4) expectations for the future. It was identified that the children idealize the nuclear and loving family, and thought of their return to the system as their own decision, although their future expectations revolve around being adopted again. It was found that the experience of adoption and subsequent return to the foster system is marked by suffering, which demands the implementation of public policies for the care of children and adolescents in this context.

Keywords: children; adolescents; adoption; adoption dissolution.

Sobre os Autores

J.G.R.
orcid.org/0000-0002-4182-8803
Universidade Do Vale do Rio dos
Sinos – Santa Maria, RS
ju_psicologia@yahoo.com.br

E.L. de O.
orcid.org/0000-0003-3612-8498
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – São Leopoldo, RS
dulimaoliv@gmail.com

V.R.R.R.
orcid.org/0000-0002-1760-7154
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – Porto Alegre, RS
vramires@unisinos.br

D.F.
orcid.org/0000-0002-4653-1216
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – Porto Alegre, RS
dfalcke@unisinos.br

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



O ato de adotar é considerado uma medida excepcional e irrevogável na legislação brasileira (Brasil, 1990; Brasil, 2009). É excepcional, pois deve ocorrer após esgotadas todas as tentativas de manutenção da criança com sua família de origem, e é irrevogável porque, após a adoção, a criança ou adolescente assume a posição de filho, possuindo os mesmos direitos e deveres de um filho biológico (Brasil, 1990; Brasil, 2009). Todavia, dados de pesquisas nacionais têm apresentado números crescentes de crianças e adolescentes que retornam para as instituições de acolhimento após a legalização da adoção (Levy et al., 2009; Muniz, 2016; Santiago, 2014), ainda que não existam estatísticas oficiais, considerando que não há previsão legal para a dissolução da adoção, e as informações se referem às pesquisas realizadas em contextos específicos (Muniz, 2016).

Mesmo no contexto internacional, onde a dissolução da adoção é prevista em lei, os índices de ocorrência do fenômeno não se mostram precisos, devido às diferentes terminologias utilizadas para mensurá-lo, a diferença na legislação entre os países e estados e as mudanças legislativas que vão sendo implementadas ao longo do tempo, além das diferentes metodologias de análise dos dados (Palacios et al., 2019). Smith (2014), buscando mapear a realidade nos Estados Unidos, indica índices de 9,5% de ruptura da adoção (antes de ser efetivada, correspondendo ao estágio de convivência no Brasil) e 2,2% após finalizado o processo. No Reino Unido, Selwyn et al. (2014) reportam a existência de 3 a 10% de rupturas no processo de adoção e de 4 a 6% de dissolução. Sem diferenciar ruptura ou dissolução na adoção, Palacios et al. (2015) identificam 2% de incidência de descontinuidade das adoções na Espanha. Além disso, Rolock e Testa (2008) alertam para o fato de que os índices tendem a aumentar com o passar do tempo, chegando a 9% após 10 anos da adoção em Illinois, Estados Unidos.

O fenômeno tem tido visibilidade no Brasil a partir de pesquisas acadêmicas que têm abordado a “devolução” de crianças e/ou adolescentes adotados (Borel et al., 2019; Costa et al., 2019; Ghirardi, 2008a; Levy et al., 2009; Lunelli et al., 2019; Morelli et al., 2015). Todavia, existe um grande questionamento sobre essa terminologia, por envolver uma perspectiva de consumo, de algo que foi adquirido e devolvido por não satisfazer às necessidades (Muniz, 2016; Souza, 2008) e pela possibilidade de se transformar em mais um estereótipo para a criança e/ou adolescente (“devolvido”), o que pode estigmatizar a imagem social desses jovens (Patias et al., 2017; Weber, 1996), trazendo prejuízos ao seu desenvolvimento. Em vista disso, no presente estudo, o retorno da criança e/ou adolescente para uma instituição de acolhimento após a adoção finalizada, ainda que não exista previsão legal, será entendido como dissolução da adoção.

Os processos de adoção costumam estar permeados por diversos sentimentos por parte das crianças e adolescentes, como medo de um novo abandono, de rejeição, fragilidade e

vulnerabilidade (Oliveira & Schwartz, 2013), o que torna necessária sua preparação por ocasião da transição para a família por adoção. Isso favorece a construção dos processos de filiação e de parentalidade, uma vez que os pais também precisam ser preparados para lidar com as demandas infantis (Borel et al., 2019; Brodzinsky & Smith, 2019; Liao et al., 2016).

Um processo de adoção envolve desafios e especificidades tanto para adotantes quanto para adotados. Schettini et al., (2006) asseguram que a adoção envolve dois aspectos: possibilitar uma família para crianças/adolescentes e, ao mesmo tempo, o exercício da parentalidade para os pais, tendo como elemento fundamental a formação do vínculo entre pais e filhos. Nessa direção, a construção do vínculo parental e filial não depende somente do desejo de parentalidade dos pais, mas também do processo de filiação (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Zornig, 2010). Ainda que haja convivência entre adotantes e adotados, as crianças ou adolescentes podem não se sentir acolhidos como filhos, o que pode promover a desistência dos requerentes e o retorno da criança para a instituição de acolhimento. Nesse sentido, a criança precisa ter um “lugar” e se sentir integrante do novo sistema familiar (Ghirardi, 2008b, 2008c; Levinzon, 2006; Souza, 2008; Zornig, 2010), por isso a importância do estágio de convivência no contexto da adoção.

A criança que já experienciou o rompimento de vínculos precocemente por vezes pode apresentar marcas no seu desenvolvimento, que poderão manifestar-se quando inserida na família por adoção e influenciar nas suas vinculações futuras (Ghirardi, 2009; Levy et al., 2009; Otuka et al., 2012). Para que a consolidação do vínculo ocorra, a criança necessita ser reconhecida, gestada e plasmada no ambiente interno do psiquismo de seus pais (Schettini Filho, 1998; Souza, 2008), os quais precisam se adequar às características próprias do filho real (Costa et al., 2019). Nesse ínterim, é imprescindível que o filho adotivo encontre o seu lugar no sistema familiar (Morelli et al., 2015).

Assim, para que o processo de vinculação afetiva ocorra entre adotantes e adotado, faz-se necessário também um trabalho psíquico de filiação, já que existem necessidades específicas de cada sujeito que irão repercutir nas relações estabelecidas entre pais e filhos (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Araujo, 2017; Sampaio et al., 2018). Nessa direção, Levinzon (2014) constatou que, por medo de um novo abandono, a criança adotiva pode recorrer a “testes de aceitação”, com comportamentos provocativos, como forma de colocar à prova o vínculo, o amor e o desejo parental. Essa situação demanda preparação dos pais para lidar com esses comportamentos sem sentirem que seja desrespeito ou manifestações de rejeição.

A construção do vínculo parental e filial, no contexto da adoção, implica instaurar, dentro de um ambiente não biológico, uma relação de família que inclua a história pregressa

de uma criança não gestada fisicamente por esses pais e, ao mesmo tempo, a adaptação de pais e filhos ao lugar complexo que irão ocupar (Andrade et al., 2006; Contente et al., 2013; Huber & Siqueira, 2010; Schettini et al., 2006; Vargas et al., 2014; Weber, 1997). Weber (1996) postula que os relacionamentos pais-filhos, tanto por adoção quanto biológicos, são frágeis e necessitam de cuidados especiais. Entretanto, destaca que a representação social negativa da adoção intensifica o preconceito de que filhos por adoção seriam mais problemáticos.

Desse modo, o estabelecimento de vínculos entre pais e filhos é de grande importância, já que a dificuldade de vinculação parento/filial pode se tornar um agravante e contribuir para a dissolução da adoção. Alguns estudos internacionais, ao buscarem elementos preditores da dissolução da adoção, identificam fatores de risco associados às crianças e/ou adolescentes, tais como: idade na adoção (Faulkner et al., 2017; Paniagua et al., 2019; Selwyn et al., 2014; Smith, 2014), chegada na adolescência (Maza, 2014; Palacios et al., 2015; Paniagua et al., 2019; Rolock & White, 2016; Wijedasa & Selwyn, 2017), problemas emocionais e de comportamento (Faulkner et al., 2017; Festinger, 2014; Rosnati et al., 2017; Rushton, 2004; White, 2016), e número de passagens por lares adotivos (Rolock & White, 2016; Selwyn et al., 2014). Além disso, estudos também apontam a culpabilização da criança frente ao processo de dissolução (Ghirardi, 2009; Levy et al., 2009; Morelli et al., 2015).

A dissolução da adoção pode gerar mais danos que o primeiro abandono na vida das crianças e adolescentes, uma vez que, por ter uma idade mais avançada quando ocorre, ela teria uma percepção mais clara da experiência vivenciada, potencializando a revivência do primeiro abandono (Alvarenga & Bittencourt, 2013). Ainda que Motta (2001) alerte para o fato de que a ida para acolhimento nem sempre ocorra em função de abandono, pois pessoas que não se sentem em condições de cuidar têm o direito de dar o filho em adoção garantido pela legislação ao longo do acompanhamento pelos serviços de saúde e assistência, a sensação de abandono pode estar presente. Estudos apontam também outros danos que a dissolução da adoção pode gerar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social, repercutindo em comportamentos agressivos, características de baixa autoestima e dificuldade de vinculação (Campos & Castro, 2011; Carnáuba & Ferret, 2018; Cruz, 2014; Ghirardi, 2009; Levy et al., 2009; Morelli et al., 2015).

Uma revisão da literatura realizada em 2017 sobre devolução de crianças e adolescentes, no contexto nacional e internacional, apresenta uma escassez de estudos brasileiros a respeito da temática (Rossato & Falcke, 2017) e revela que a literatura internacional enfatiza sobremaneira a busca de fatores explicativos para a ocorrência da dissolução da adoção, pouco abrangendo a análise das experiências subjetivas dos envolvidos no processo, especialmente de crian-

ças/adolescentes. Desse modo, este estudo teve como objetivo conhecer as vivências de retorno para o acolhimento de crianças e/ou adolescentes após a adoção, além de compreender sua percepção de família e expectativas sobre o futuro.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa com o enfoque qualitativo, com delineamento exploratório e de corte transversal (Creswell & Clark, 2013). Utilizou-se neste estudo o *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ) como critério para a descrição dos dados (Tong et al., 2007).

Participantes

Participaram deste estudo três crianças e uma adolescente que voltaram para o acolhimento institucional após ter sido finalizada a adoção. Todas foram acessadas por critério de conveniência, sendo este um processo de amostragem em que as pessoas são acessadas por estarem disponíveis para participar da pesquisa (Vinuto, 2014), no caso estarem acolhidas em uma instituição de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A Tabela 1 apresenta características dos participantes do estudo:

Tabela 1. Apresentação dos Participantes

Participantes	Idade	Gênero	Tempo no acolhimento antes da adoção	Tempo na família adotiva	Tempo no acolhimento após adoção
C1	10 anos	Masculino	1 ano	2 anos	2 anos
C2	10 anos	Masculino	1 ano	1 ano e meio	1 ano
C3	7 anos	Masculino	Quase 1 ano	3 anos	2 anos
C4	14 anos	Feminino	1 ano	1 ano	3 anos

Instrumentos

Entrevista semiestruturada: criada pelas autoras, a entrevista teve o objetivo de compreender as experiências dos participantes quanto ao convívio familiar, retorno para o acolhimento, concepção de família e expectativas acerca do futuro;

Hora do jogo: no intuito de conhecer a vivência de crianças e adolescentes, a hora do jogo é uma técnica utilizada por psicólogos que permite acessar experiências por meio da brincadeira. Nesse contexto, a criança ou o adolescente expressa suas condutas, relações e fantasias, evidenciando características de sua personalidade enquanto brinca ou joga (Efron et al., 2009).

Optou-se por não utilizar as informações dos processos judiciais, pois o objetivo da pesquisa referia-se à busca pelo relato da vivência emocional das crianças/adolescente.

Procedimentos de coleta de dados e procedimentos éticos

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) sob protocolo 2.378.496 e seguiu as recomendações éticas para a realização de estudos com seres humanos, de acordo com as orientações da Resolução n. 510 do Conselho Nacional de Saúde (2016). Foi realizado, inicialmente, contato com a Casa de Acolhimento e com o Juizado da Infância e da Juventude de uma cidade da região metropolitana do Rio Grande do Sul, para se obter a assinatura da carta de anuência. O responsável pela casa de acolhimento assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), considerando que as crianças/adolescentes estão sob sua tutela legal. Todavia, também foi solicitada a concordância das crianças/adolescente em participar do estudo. Somente após o aceite por consentimento escrito e/ou verbal dessas, os instrumentos foram aplicados de forma individual, durante um encontro com tempo médio de uma hora e meia de duração e no contexto da casa de acolhimento.

Com as crianças, iniciou-se a entrevista e, através das brincadeiras vinculadas à Hora do Jogo, foram abordadas as vivências da dissolução da adoção. No caso da adolescente, foi ofertada a possibilidade do jogo, mas, ao longo do encontro, ela preferiu conversar no formato de entrevista. Cabe destacar que as duas pesquisadoras, mulheres e estudantes de psicologia que fizeram a coleta dos dados, frequentaram a casa de acolhimento por seis meses antes do momento das entrevistas, a fim de que as crianças/adolescente já as conhecessem e se sentissem seguras na sua presença.

Análise dos dados

Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas e hora do jogo (Efron et al., 2009) foram examinados por meio de análise temática (Braun & Clarke, 2006). Esse método consiste em identificar, analisar e buscar temas padronizados, sendo a captação dos temas importante para o resultado da pesquisa. Os passos a serem seguidos para essa análise consistiram em: 1) familiarização com os dados, por meio da transcrição das entrevistas, leitura e repetidas releituras delas; 2) codificação do material, de forma sistemática; 3) identificação de temas, a partir do agrupamento das informações por similaridade de conteúdos; 4) refinamento dos temas e geração de mapa temático; 5) descrição dos temas de acordo com suas características; e 6) análise e produção do relatório final (Braun & Clarke, 2006).

Resultados e Discussão

O mapa temático apresentado na Figura 1 foi produzido a partir das análises do material coletado. Assim, foi realizada a discussão dos dados com uso de trechos de falas dos participantes, separadas conforme cada temática.



Figura 1. Mapa temático indicativo dos temas que emergiram dos dados coletados.

Sobre o primeiro tema, *Concepção de família*, revela-se a perspectiva das crianças e adolescente a respeito da imagem de família que possuem, sobressaindo-se uma concepção a partir da configuração nuclear, ou seja, da família composta por pai, mãe e filhos, corroborando dados já evidenciados na literatura, que indicavam que crianças/adolescentes acolhidos possuem um modelo estereotipado de família (Antunes, 2016; Vasconcelos et al., 2009). Como se pode observar em um exemplo da fala do participante durante a entrevista, quando questionado sobre como imagina sua família:

C2: “[...] uma família nova, tipo ter pai novo, mãe nova e irmã nova”.

Frente a esse ponto, destaca-se a necessidade de um trabalho de preparação das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, mesmo em etapa pré-adoção, uma vez que a literatura enfatiza a idealização dos pais em relação ao filho por adoção (Ghirardi, 2008b, 2008c; Lisondo, 1999; Levinzon, 2016, 2020; Machado, 2014; Schettini Filho, 1998; Schettini et al., 2006; Souza, 2008; Souza & Casanova, 2012), mas pouco aborda sobre as concepções e o ideal de família que as crianças e adolescentes possuem. Isso é relevante para compreender as vivências individuais de cada criança ou adolescente, bem como as características do contexto em que se inserem (Siqueira et al., 2012).

Para algumas das crianças, a percepção de família apresentada esteve diretamente vinculada ao afeto, como pode ser percebido nos relatos ao longo das entrevistas:

C3: “Alguém que me dê amor”.

C1: “Família é ... lugar divertido com amor”.

Tais expressões também podem ser reflexo de um ideal

pré-concebido, como um espaço romantizado e um lugar para suprir as demandas afetivas (Rosa, 2008), que, no contexto da adoção, não foi suprido na família consanguínea e, no caso dos participantes, também não foi correspondido pela família por adoção. Nesse sentido, também se pode pensar, a partir de falas como essas, em um processo de anulação das experiências prévias vivenciadas em contextos familiares que não corresponderam a esse ideal de família. Isso pode ser parte do desejo das crianças e adolescentes de esquecer o passado difícil de rompimento dos vínculos familiares, mas também, de alguma forma, pode ser reflexo do contexto que vivenciam, no qual dados do seu histórico familiar, muitas vezes, não são apresentados no processo de adoção (Rossetti-Ferreira et al., 2012), ainda que o conhecimento da história dos filhos adotivos pelos adotantes seja visto como um fator que auxiliaria os processos de adoção (Finamori & Silva, 2019).

Na segunda temática, *Experiência de adoção*, apresenta-se a vivência de adoção das crianças/adolescente e percebe-se a dificuldade de tratar o tema. Inicialmente, foi possível observar uma certa resistência, que pode ser apontada ao longo da entrevista pelo trecho:

C2: “A gente vai falar da adoção? Então dá um pause aí que eu já volto... Era ruim lá”.

Outras crianças também expressaram esse comportamento ao mudar de assunto quando questionadas sobre a adoção, propondo alguma brincadeira ou ficando em silêncio. Infere-se, a partir dessas atitudes, o sofrimento que pode estar ligado às experiências vivenciadas. A adoção no contexto nacional é apresentada como um ato judicial e afetivo (Queiroz, 2012). Além disso, é entendida como um ato de proteção (Brasil, 1990). No entanto, pode-se perceber nos excertos que as vivências das crianças nas famílias adotivas não repercutiram dessa maneira:

C4: “Era ruim porque eu e minha mãe brigávamos muito, via se pegando no pau”.

C3: “[...] eles me batiam”.

Estudos apontam a dificuldade de lidar com as crianças e adolescentes em período de adaptação na adoção, relatando possíveis comportamentos de agressividade, medo e não cumprimento das regras impostas (Weber, 1998, 2008), que podem ser entendidos como “testes de aceitação” (Levinzon, 2014; Souza, 2008). Por meio desses testes, a criança/adolescente apresenta comportamentos provocativos como forma de colocar à prova o vínculo e o amor parental. Assim sendo, pode-se questionar: como ela fica quando esses comportamentos são retribuídos com violência e, mais do que isso, quando repercutem na dissolução da adoção? Quais as consequências para o psiquismo infantil/adolescente? A vivência de nova rejeição intensifica o sofrimento já experimentado anteriormente (Levinzon, 2014).

O acompanhamento do período pós-adoção por uma

equipe profissional especializada é descrito como essencial na literatura, justamente por possibilitar a identificação precoce de problemas no relacionamento pais-filhos e auxílio no manejo dessas situações (Brodzinsky & Smith, 2019; Crawford, 2017). Em investigação realizada nos Estados Unidos por Waid e Alewine (2018), com 238 cuidadores adotivos, identificou-se que os cuidadores vivenciam uma média de nove desafios que puderam ser agrupados em quatro domínios: dificuldades comportamentais-emocionais da criança, tensão do cuidador, desafios escolares e recursos e necessidades de assistência. O momento de transição da infância para a adolescência mostrou-se de maior vulnerabilidade para as famílias por adoção, demandando atenção dos serviços pós-adoção.

Quanto à terceira temática, *Experiências de devolução*, percebe-se que as crianças e a adolescente descreveram o retorno para o acolhimento como seu desejo e como saída de uma vivência difícil, conforme indicam os excertos:

C4: “[...] eu não tava, não digo que eu não amava eles, mas pra mim foi tipo um livramento, parecia que eu tava livre de xingamento, trancamento, essas coisas”.

C2: “[...] é que fui eu que pedi”.

C1: “Achei que ia ser melhor ficar no acolhimento”.

Esse entendimento e atribuição de responsabilização para o retorno ao acolhimento pode, por um lado, evidenciar protagonismo na busca de alternativas para uma situação que não se configurou como imaginavam ou, por outro lado, apresentar-se como um mecanismo de defesa para enfrentamento de mais uma vivência de rejeição e abandono (Berger, 2003). A literatura indica que a culpabilização das crianças e dos seus comportamentos são fatores apontados para a dissolução da adoção (Ghirardi, 2009; Levy et al., 2009; Morelli et al., 2015). De alguma forma, é possível que as crianças demonstrem sua autculpabilização, assumindo para si a responsabilidade pelo que ocorreu, mas na forma de um desejo.

Na última temática, *Expectativas para o futuro*, apresentam-se as expectativas, desejos e objetivos das crianças e adolescente para o futuro. Ainda que as temáticas anteriores tenham refletido as experiências difíceis vivenciadas nos contextos familiares, a partir dos relatos dos participantes, observa-se a busca por uma família como principal desejo, como ilustrado nas falas:

C1: “[...] ser adotado é meu plano por enquanto”.

C3: “[...] vou ter uma família, vou ter uma avó”.

Esses dados corroboram um estudo realizado em Portugal, que apresenta a busca por adoção ou pela família como desejo das crianças para seu futuro (Instituto da Segurança Social, 2019). Essa pesquisa foi realizada com crianças de menor faixa etária, contudo, percebe-se que esses desejos seguem sendo repercutidos também pelos participantes deste estudo, ainda que, considerando o perfil almejado pela

maioria dos candidatos à adoção, suas chances sejam reduzidas de conseguirem uma nova inserção familiar (Machado et al., 2015; Sampaio et al., 2018).

A família, nessa perspectiva, pode ser apresentada pelas crianças como uma fonte de esperança e de possibilidade para o futuro. Assim, ressalta-se que, no contexto social, ela pode ser entendida como um espaço de pertencimento, sendo capaz de acolher comportamentos, sentimentos e relacionamentos relevantes ao desenvolvimento dos indivíduos (Ceberio, 2006). Dessa maneira, a idealização do espaço de família e a procura pelo pertencimento seguem sendo repercutidos por eles, que continuam buscando um “lugar” e investimento do outro para consigo.

Observou-se, também, uma nuance nas falas dos participantes relacionada a planos para a idade adulta, marcados por desejos de andar só e buscar seus objetivos de maneira mais individualizada:

C2: *“Eu, ter uma esposa e um filho e vai ser legal”.*

C4: *“Eu quero fazer curso de tatuagem, porque eu sei desenhá-lo muito bem na pele... ou vou ser massoterapeuta”.*

Essa expectativa condiz com os processos de independência que ocorrem na adolescência (Matos & Lemgruber, 2017), fase em que já se encontra C4 e pode indicar um amadurecimento precoce de C2, a partir de todas as experiências vivenciadas.

Considerações Finais

O presente estudo deu voz a crianças e adolescentes que foram adotados e retornaram à instituição de acolhimento, mesmo após ter sido finalizada a adoção, ainda que não exista previsão legal para tal acontecimento na legislação brasileira. Como objetivo principal, buscou-se conhecer as vivências de crianças e/ou adolescentes sobre a adoção e o retorno para o acolhimento, além de compreender sua concepção de família e as expectativas para o futuro.

No contexto de realização de entrevistas e da hora do jogo na instituição de acolhimento, após um período de familiarização das crianças com a presença das pesquisadoras, foi possível identificar aspectos singulares das experiências vivenciadas. Percebeu-se que as crianças apresentavam uma imagem idealizada de família, como a de configuração nuclear (formada por pai, mãe e filhos), permeada por sentimentos de amor. Chama atenção essa imagem de família, considerando que suas vivências em dois núcleos familiares não corresponderam a esse ideal, uma vez que, mesmo nas famílias por adoção, os relatos foram de experiências negativas, com presença de violência. Os participantes se colocaram como protagonistas na decisão de retorno à instituição de acolhimento, possivelmente como forma de ressignificar a autoculpabilização que costuma se fazer presente (Levy et al., 2009). Entretanto, quanto às suas expectativas para o

futuro, verificou-se que estiveram centradas no desejo de uma nova adoção ou, em algum momento, já no contexto de realizações adultas.

Os resultados revelam que a experiência de adoção e retorno para o acolhimento aparece permeada de contradições e sofrimentos, que, em alguns momentos, é inclusive difícil de abordar, levando os participantes a mudarem de assunto na entrevista ou permanecerem em silêncio. Nesse sentido, pode-se reconhecer o grande potencial de impacto dessas vivências ao desenvolvimento infantil.

Sendo assim, torna-se relevante, a partir dos dados obtidos, que seja enfatizada a necessidade de criação de políticas públicas de atenção a crianças e adolescentes que vivenciaram adoção e um novo retorno para instituições de acolhimento. Programas de Acompanhamento pós-adoção, fundamentados por evidências científicas e avaliados, são importantes nesse contexto, não apenas pelo caráter preventivo que podem ter, mas também como reparadores de danos quando as dificuldades e conflitos atingem níveis irreversíveis. Além disso, destaca-se a necessidade de discussão sobre a dissolução da adoção por operadores do direito e profissionais de equipes de atuação em todos os contextos relacionados à adoção. Isso se justifica na medida em que esse fenômeno está sendo invisibilizado na legislação, ainda que seja uma realidade constante nas instituições de acolhimento, levando a ações individualizadas de juízes e demais profissionais, sem critérios estabelecidos para o reacolhimento das crianças e adolescentes, assim como para o estabelecimento de indenização pelos adotantes (Borel et al., 2019; Lunelli et al., 2019).

O estudo apresentado possui limitações, principalmente vinculadas à dificuldade de acessar os dados de crianças e adolescentes acolhidos e que passaram pelo processo de dissolução da adoção, considerando todo o cuidado necessário para abordar uma temática tão delicada, na qual permearam muitos silêncios, lacunas e evasivas, possivelmente refletindo o sofrimento vivenciado em relação ao foco pesquisado. Além disso, abordou-se apenas perspectiva dos adotados, sendo importante também conhecer a perspectiva dos adotantes e dos profissionais que atuam nesses cenários. As pesquisadoras foram mulheres, o que pode ter repercutido na identificação delas como figuras maternas. Sugere-se que investigações com pesquisadores homens e também com diferentes métodos possam ser desenvolvidas nesse campo de pesquisa, especialmente estudos longitudinais que se dediquem a acompanhar a trajetória de vida de crianças e adolescentes que vivenciaram múltiplos rompimentos de vínculos.

Pesquisas futuras também podem se dedicar a abordar os impactos da dissolução da adoção observando semelhanças e diferenças entre crianças e adolescentes, assim como abrindo espaço de escuta sobre as experiências na instituição de acolhimento. Os dados do presente estudo não são

generalizáveis, considerando que se trata de uma pesquisa qualitativa, mas, considerando a gravidade da experiência de retorno ao acolhimento após adoção, oferece a possibilidade de escuta a crianças/adolescente que vivenciaram essa experiência, lançando luz sobre um fenômeno que demanda esforços interdisciplinares para sua melhor compreensão e planejamento de intervenções.

Referências

- Alvarenga, L. L. D., & Bittencourt, M. I. G. D. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005
- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 16(34), 241-252. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>
- Antunes, S. A. F. (2016). As crianças perante as novas famílias: famílias monoparentais vs famílias tradicionais um estudo exploratório [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Évora, Portugal]. Repositório da Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/19413/2/m11178.pdf>
- Araujo, I. C. C. (2017). Tornar-se filho na perspectiva de crianças adotadas tardiamente. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil]. Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6876>
- Berger, M. (2003). *A criança e o sofrimento da separação*. Climepsi Editores.
- Borel, E. F., Santos, R. B., & Costa, D. (2019). Evolução da legislação brasileira no tocante à adoção e à devolução de crianças e adolescentes adotados no Brasil. *Humanidades em Perspectivas*, 2(1), 22-35. <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/23>
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Presidência da República.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brodzinsky, D., & Smith, S. L. (2019). Commentary: understanding research, policy, and practice issues in adoption instability. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 185-194. <https://doi.org/10.1177/1049731518782647>
- Campos, R., & Castro, S. D. (2011). *A devolução das crianças no processo de adoção: análise das consequências para o desenvolvimento infantil*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/textos/TL0274.pdf>
- Carnaúba, G. S., & Ferret, J. C. F. (2018). Devolução de crianças adotadas: consequências psicológicas causadas na criança que é devolvida durante o estágio de convivência. *Revista Uningá*, 55(3), 119-129. <https://doi.org/10.46311/2318-0579.55.eUJ83>
- Ceberio, M. R. (2006). Viejas y nuevas familias: la transición hacia nuevas estructuras familiares. *Anais do Congresso Virtual Internacional de Psiquiatria*, Espanha, 7.
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016*. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Contente, S. R., Cavalcante, L. I. C., & Silva, S. S. C. (2013). Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém/PA. *Temas em Psicologia*, 21(2), 317-333. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-02>
- Costa, D., Bortoli, D. M., & Severo, E. (2019). Devolução de crianças e adolescentes no período pós-adoção. *Humanidades em Perspectivas*, 6(3), 50-58. <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1191>
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434. <https://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>
- Crawford, L. (2017). *Examining post-adoption services: what adoptive families need for beneficial outcomes*. [Dissertação de Mestrado, St. Catherine University, St. Paul, Minnesota, EUA]. St. Catherine University Repository. https://sophia.stkate.edu/msw_papers/723
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2013). *Pesquisa de métodos mistos: série métodos de pesquisa*. Penso.
- Cruz, S. D'A. (2014). *A frustração do reabandono: uma nova ótica acerca da devolução em processos de adoção*. [Monografia de Graduação, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil]. https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2014/trabalhos_12014/SabrinaDAviladaCruz.pdf
- Efron, A. M., Fainberg, E., Kleiner, Y., Sigal, A. M., & Wocosboinik, P. (2009). A hora do jogo diagnóstica. In M. L. S. Ocampo, E. G. Piccolo, & M. E. G. Arzeno (Orgs.), *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas* (11ª ed., pp. 207-237). Martins Fontes.

- Faulkner, M., Adkins, T., Fong, R., & Rolock, N. (2017). *Risk and protective factors for discontinuity in public adoption and guardianship: a review of the literature*. National Quality Improvement Center for Adoption and Guardianship Support and Preservation.
- Festinger, T. (2014). Adoption disruption. In G. P. Mallon & P. M. Hess (Eds.), *Child welfare for the 21st century: a handbook of practices, policies, and programs* (2a ed., pp. 437-454). Columbia University Press.
- Finamori, S., & Silva, A. B. M. (2019). Identidade e pertencimento: grupos de apoio à adoção e direito às origens. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (33), 295-317. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.14.a>
- Ghirardi, M. L. A. M. (2008a). *A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono*. [Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil].
- Ghirardi, M. L. A. M. (2008b). A presença da Infertilidade no contexto da adoção: efeitos possíveis na relação pais/filhos adotivos. In R. M. Voliche, F. C. Ferraz, & W. Ranña (Orgs.), *Psicossoma IV: corpo, história e pensamento* (pp. 151-164). Casa do Psicólogo.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2008c). O impossível da maternidade em um caso de devolução da criança a ser adotada: interface entre a infertilidade e a feminilidade. *Anais do Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental* (pp. 1-9), São Paulo, SP, Brasil.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: ruptura do laço familiar. *Pediatria Moderna*, 45(2), 66-70. <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=518483&indexSearch=ID>
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872010000200014&script=sci_abstract
- Instituto da Segurança Social. (2019). *Guia prático: adoção*. Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente. https://www.seg-social.pt/documents/10152/14984/N32_adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças*, 14(1), 24-31. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v14n1p24-31>
- Levinzon, G. K. (2014). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos*. Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2016). Adoção e sofrimento psíquico. *Psicanálise*, 18(1), 57-73. http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Psican%C3%A1lise_SBPdePA_v18_n1_2016-4.pdf
- Levinzon, G. K. (2020). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos* (2a ed.). Blucher.
- Levy, L., Pinho, P. G., & Faria, M. M. (2009). "Família é muito sofrimento": um estudo de casos de "devolução" de crianças. *Psico*, 40(1), 58-63. https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revista_psico/article/view/3730
- Liao, C., Huang, Y.-J., & Hsieh, T.-H. (2016). Factors influencing internet banking adoption. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 44(9), 1443-1455. <https://doi.org/10.2224/sbp.2016.44.9.1443>
- Lisondo, A. B. D. D. (1999). Travessia da adoção: a ferida na alma do bebê. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33(3), 495-514. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-16263>
- Lunelli, M., Lima, D. S., & Tomé, M. D. P. (2019). Devolução de criança e adolescente após adoção e o olhar da justiça brasileira. *Humanidades em Perspectivas*, 6(3), 158-167. <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1200>
- Machado, R. N. (2014). *Parentalidade e filiação adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil]. http://ppq.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2014_9c4b2b820fc0ed881542645ff5701051.pdf
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100006
- Maza, P. (2014). Post-adoption instability: a national study. In S. L. Smith. *Keeping the promise. The case for adoption support and preservation* (pp. 51-64). The Donaldson Adoption Institute.
- Matos, L. P., & Lemgruber, K. P. (2017). A adolescência sob a ótica psicanalítica: sobre o luto adolescente e de seus pais. *Psicologia e Saúde em debate*, 2(2), 124-145. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V2N2A8>
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194. <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>
- Motta, M. A. P. (2001). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. Cortez.
- Muniz, F. M. R. P. (2016). *"Adoções" que não deram certo: o impacto da "devolução no desenvolvimento da criança e do adolescente na perspectiva de profissionais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/246>
- Oliveira, D. S., & Schwartz, E. R. D. (2013). The new adoption law: legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia*, 30(3), 445-453. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300014>

- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. D. (2012). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 55-63. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100007>
- Palacios, J., Jiménez-Morago, J. M., & Paniagua, C. (2015). *Rupturas en adopción y acogimiento familiar en Andalucía: incidencia, factores de riesgo, procesos e implicaciones*. Junta de Andalucía.
- Palacios, J., Rolock, N., Selwyn, J., & Barbosa-Ducharne, M. (2019). Adoption breakdown: concept, research, and implications. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 130-142. <https://doi.org/10.1177/1049731518783852>
- Paniagua, C., Palacios, J., Jiménez-Morago, J. M., & Rivera, F. (2019). Adoption breakdown in Spain: a survival and age-related analysis. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 176-184. <https://doi.org/10.1177/1049731518791037>
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. *Psicologia & Sociedade*, 29, e131636. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i131636>
- Queiroz, E. F. (2012). O "romance familiar" na adoção. In E. F. Queiroz, & C. M. Passos (Orgs.), *A clínica da adoção* (pp. 103-116). Ed. Universitária da UFPE.
- Rolock, N., & Testa, M. F. (2008). *Conditions of children in or at risk of foster care in Illinois: an assessment of their safety, stability, continuity, permanence, and well-being*. Children and Family Research Center.
- Rolock, N., & White, K. R. (2016). Post-permanency discontinuity: a longitudinal examination of outcomes for foster youth after adoption or guardianship. *Children and Youth Services Review*, 70, 419-427. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10.025>
- Rosa, D. B. (2008). A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 20(1), 97-110. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100007>
- Rosnati, R., Ranieri, S., & Ferrari, L. (2017). Panorama internacional des recherches sur les échecs d'adoption. In C. Jeannin (Ed.), *Vers une plus grande compétence: Apprendre des échecs de l'adoption internationale* (pp. 40-43). Service Social International.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G. D., Costa, N. R. D. A., Guimarães, L. D. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. D. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Rossato, J. G., & Falcke, D. (2017). Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 128-139. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&nrm=iso
- Rushton, A. (2004). A scoping and scanning review of research on the adoption of children placed from public care. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 9(1), 89-106. <https://doi.org/10.1177/1359104504039768>
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26(1), 311-324. <https://doi.org/10.9788/tp2018.1-12pt>
- Santiago, M. S. (2014). *Aspectos jurídico-sociais da "devolução" de crianças adotadas*. [Artigo Científico Jurídico de Graduação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.]
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. D. A., & Dias, C. M. D. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em estudo*, 11(2), 285-293. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- Schettini Filho, L. (1998). *Compreendendo o filho adotivo*. Bagaço.
- Selwyn, J., Wijedasa, D., & Meakings, S. (2014). *Beyond the adoption order: challenges, interventions and disruption*. Department for Education.
- Siqueira, A. C., Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Famílias e instituições de acolhimento: Interfaces entre risco e proteção. In L. F. Habigzang, & S. H. Koller. *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 176-189). Artmed.
- Smith, S. L. (2014). *Keeping the promise: the case for adoption support and preservation*. The Donaldson Adoption Institute.
- Souza, H. P. (2008). *Adoção: exercício da fertilidade afetiva*. Paulinas.
- Souza, H. P., & Casanova, R. P. S. (2012). *Adoção e seus desafios*. Juruá.
- Tong, A., Sainsbury, P., & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. *International journal for quality in health care*, 19(6), 349-357. <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>
- Vargas, E. A. M., Rosa, E. M., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Adoção nacional e internacional: significados, motivações e processos de habilitação. *Revista da SPAGESP*, 15(2), 12-26. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200003
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19(43), 221-229. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Waid, J., & Alewine, E. (2018). An exploration of family challenges and service needs during the post-adoption period. *Children and Youth Services Review*, 91, 213-220. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.06.017>

- Weber, L. N. D. (1996). Famílias adotivas e mitos sobre laços de sangue. *Jornal Contato-CRP-08*, 15, 1-6. http://www.nac.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/07/1996_Familias_adotivas_e_mitos_sob_relacoes_de_sangue.pdf
- Weber, L. N. D. (1997). O lado de dentro: sentimentos, desejos e expectativas de crianças institucionalizadas. *Anais do Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção*, Itapetininga, SP, Brasil, 2.
- Weber, L. N. D. (1998). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Santa Mônica.
- Weber, L. N. D. (2008). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Juruá.
- White, K. R. (2016). Placement discontinuity for older children and adolescents who exit foster care through adoption or guardianship: a systematic review. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 33(4), 377-394. <https://doi.org/10.1007/s10560-015-0425-1>
- Wijedasa, D., & Selwyn, J. (2017). Examining rates and risk factors for post-order adoption disruption in England and Wales through survival analyses. *Children and Youth Services Review*, 83, 179-189. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.10.005>
- Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453-470. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract

Data de submissão: 26/03/2021
Primeira decisão editorial: 14/03/2022
Aceite em 13/05/2022